



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

FONTES E METODOLOGIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA REGIONAL A PARTIR DO ARQUIVO MUNICIPAL DE CARANGOLA

Jonathan Mendes Gomes¹

RESUMO: O trabalho consiste na apresentação de fontes possíveis e metodologias aplicadas às mesmas, voltadas para temáticas de história regional, especificamente no entorno do município de Carangola. Orienta-se, inicialmente, por uma reflexão acerca do desenvolvimento da História Regional, focando em suas peculiaridades teórico-metodológicas, amplamente relacionadas com os pressupostos inovadores da micro-história. Discute também a importância do conceito de região para esta tendência historiográfica, influenciado principalmente pelo diálogo mais estreito entre história e geografia na atualidade. Segue indicando a relevância do documento na produção do conhecimento científico em história, bem como as relações mais recentes estabelecidas entre o historiador e suas fontes no momento da crítica e análise. Perpassa pela inovação metodológica da valorização de um número maior de espécies de fontes, diferentes dos documentos oficiais escritos, defendendo a importância dos arquivos e museus como lugares privilegiados, ainda que não mais exclusivos, para a busca, resguardo e preservação de registros históricos. Por fim, apresenta a relevância da história regional especialmente para a os estudos, pesquisa e extensão em instituições acadêmicas localizadas no interior, apontando, como a unidade da UEMG em Carangola, apontando um panorama geral sobre os tipos de fontes históricas existentes na região, juntamente com os locais mais apropriados para a coleta de dados durante a pesquisa histórica, como o Arquivo Histórico e Geográfico do município e os sítios arqueológicos em seus distritos.

Palavras-Chave: Arquivos e Museus. Fontes Históricas. História Regional.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto das atividades realizadas, até momento, através do projeto de extensão e pesquisa coordenado por mim, e financiado pelo PAPq/UEMG, sob título Arquivo e Memória – Fontes e Metodologias para construção de um História Regional. O projeto direciona-se para a construção de um banco de dados, com acesso virtual, contendo fontes primárias (prioritariamente jornais locais e regionais

¹ Doutor em História Social pela UFF. Professor do curso de Licenciatura em História da UEMG – Unidade Carangola. Contato: jonathanmdna@gmail.com.



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

antigos), relacionadas a uma parcela da história da microrregião do Carangola², a partir de material coletado no Arquivo Municipal da referida cidade.

A ideia, e também justificativa, do projeto vem do fato de que o acesso a esse material, bem como à própria instituição, encontra-se atualmente dificultado para a população em geral, devido a problemas relacionados à estrutura e organização, que culminaram com o veto de funcionamento pelo Corpo de Bombeiros. Este fato culminou com uma reflexão sobre a importância de se criar um meio alternativo de permitir o acesso a essas fontes, não apenas para a comunidade acadêmica, mas para toda a sociedade.

Sendo assim, realizaram-se visitas ao local, a fim de cumprir uma primeira etapa que consistiu em realizar um levantamento das fontes disponíveis para posterior avaliação, averiguando o que se encontra viável a passar pelas etapas posteriores de tratamento (digitalização; transcrição) e organização (inventariação; sistematização).

Não apenas destacou-se a existência de um material rico e interessante no Arquivo Histórico e Geográfico do Município de Carangola, como também a necessidade de um inventário mais sistemático sobre o mesmo. Além disto, atentou-se para a necessidade de que a população, não apenas acadêmica, tenham consciência da existência desse material, e das possibilidades de seu uso.

De posse do conhecimento de um contexto que ainda persiste, este artigo problematiza o constante crescimento e especialização da história regional, a partir de parâmetros da micro-história, passando por como relaciona suas tendências com os novos procedimentos e material documental que passa a ser valorizado e descoberto, e culminando com a posição dos locais de coleta de dados, novos e antigos, diante de todas essas inovações historiográficas.

Esses questionamentos se justificam pelo constatado interesse no acesso e contato com essa documentação local, e valorização desses arquivos mesmo não sendo mais exclusivos centros de referência documental. Isto corrobora com a crescente importância da história regional na produção acadêmica de muitas unidades

² A microrregião citada, pertencente ao Território de Desenvolvimento 12 (Mata) do atual Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), inclui não apenas o município de Carangola, mas também os municípios de Caiana, Espera Feliz, Divino, Pedra Dourada, Orizânia, Faria Lemos, Tombos, Fervedouro, Pedra Bonita.



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

interioranas de instituições de ensino superior. E muitos são os aspectos e desdobramentos, advindos dos estudos referentes à história local e regional a partir de documentos, que suscitam mais atenção e melhor esclarecimento.

Assim, os objetivos do artigo consistem na apresentação e divulgação dos recursos documentais existentes na microrregião do Carangola, e possíveis de serem estudados, de acordo com metodologias específicas, a fim de contribuir para construção de uma história local. Junto a isto discutir as singularidades teórico-metodológicas da crescente História Regional, bem como defender a posição do arquivo, ainda que não exclusiva, no resguardo de um material cada vez mais diversificado, e preservação do mesmo.

Para cumprimento dos objetivos citados, a metodologia de pesquisa envolveu duas etapas. Na primeira, realizou-se uma coleta de dados com um membro da Secretaria Municipal de Cultura, a fim de conceber um mapeamento prévio, **na forma de inventário**, envolvendo a quantidade e tipologia de fontes históricas existentes na região, destacando a temporalidade e localidade referente a elas, bem como os espaços de acesso às mesmas (seja em arquivos, museus ou sítios arqueológicos).

Na segunda, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca de publicações relacionadas ao tema do artigo, seguindo os seguintes eixos: relações entre arquivo e história bem como tratamento arquivístico; características e singularidades teórico-metodológicas da história regional; diferenças e correspondências entre história e memória; relevância e particularidades do documento para a formação e trabalho do historiador.

2 DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA REGIONAL

Ao longo da formação de um historiador, perpassa-se por um saber referente à história da própria escrita da história, que veio a se denominar de historiografia. Nesta, compreende-se que os meios de se produzir o conhecimento histórico também possuem historicidade. Isto é, a forma de “fazer história” transformou-se com o passar do tempo, até chegar nos dias atuais.



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

Enquanto se afirmava como disciplina científica, em torno da segunda metade do século XIX, a História conviveu com um processo de consolidação das formações políticas nacionais, o que influenciou na construção de um paradigma historiográfico. Este, denominado de tradicional, priorizava em suas análises uma abordagem da dimensão política dos processos históricos, compreendendo o Estado como guia determinante das sociedades, e utilizando-se como eixo explicativo os conceitos de povo, nação e território (HOBSBAWN, 2012).

Em oposição e crítica a este paradigma historiográfico tradicional, surge no século XX um conjunto de historiadores identificados com o movimento da Escola dos Annales. Esta, liderada inicialmente por Lucien Febvre e Marc Bloch, preocupou-se em tecer novos pressupostos para a pesquisa e o estudo História, redefinindo sua cientificidade. Um grande contributo para tal foi a consolidação de outros campos de conhecimento (Sociologia, Antropologia e Geografia), o que permitiu abordagens interdisciplinares dos processos históricos e fenômenos sociais (BURKE, 2011).

Dentre os elementos que compõem o novo paradigma encontra-se não somente o combate a uma difundida história factual (“historizante”, ou seja, voltada para si própria). Também incluiu a superação de uma história voltada quase exclusivamente para os grandes eventos e personagens, os quais consistiam na sua maioria em chefes de governo e generais, cujas características recebidas pela narrativa histórica tornavam-nos em heróis e mitos.

Os fundadores dos Annales, e seus seguidores, mostraram bastante preocupação com esse processo social de construção narrativa, apontando para inúmeros interesses e relações de dominação ocultas no mesmo (BURKE, 2011). Para eles, os historiadores não deveriam negligenciar tais relações, e a história deveria se incumbir especialmente de trazê-los à tona na sociedade, para depois desconstruí-los.

O estabelecimento de tais princípios, direcionou a atenção dos “novos” historiadores e seus discursos históricos, a princípio, prioritariamente para o estudo dos grandes movimentos sociais. Nesse intuito, desenvolveram uma tendência generalizante para a compreensão histórica, bastante focada em estruturas e modelos explicativos, bem como uma análise macro e de longa duração.



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

Com o tempo, os próprios seguidores dos Annales passaram a criticar tal tendência, considerada em grande parte determinista e impessoal, pela falta de proximidade com o ser humano individual, desconsiderando suas ações e vontades particulares, bem como com as singularidades e as partes em relação ao geral e ao todo (DOSSE, 2003). A tradicional história nacional passou a competir, então, não apenas com a história total, mas também com uma nova possibilidade.

Afinal, em torno de meados do século XX, a comunidade dos historiadores passou a encarar não apenas como possível, mas também necessário, o estudo das partes (grupos, locais, crenças) do todo. Defendendo recortes mais precisos e em escalas menores de percepção, muitos identificaram-se com estudos de caráter regional. Surge um novo tipo de história local, ainda que intimamente ligada ao novo interesse pela história social, entendida pelos franceses como a história da sociedade como um todo.

O desenvolvimento dos estudos locais e/ou regionais, ao longo do século XX, acompanhou a demanda de um novo perfil de historiador, que se construía a partir das novas tendências dos Annales (GOUBERT, 1988). Compreendeu-se as limitações das fontes oficiais, escritas e produzidas pelas instituições de poder, e até então únicas valorizadas como fidedignas, como enunciadoras de apenas um ponto de vista.

Desse modo, esses profissionais orientaram-se para o retorno a arquivos inexplorados de determinadas regiões e sobre certos períodos, valorizando como documento outros tipos de vestígios e testemunhos legados pelo homem ao longo do tempo. A exploração de novos conjuntos documentais (como fontes iconográficas, biográficas, orais, etc.) foi imprescindível para suscitar uma incorporação de novas abordagens (a exemplo de procedimentos comparativos e quantitativos) pela história.

Deve-se ressaltar que a História Regional não se constitui num campo específico da História. Ela se configura mais como recurso interpretativo aplicável a qualquer domínio a ser estudado por essa disciplina (seja ele econômico, político, cultural). Jacques Revel afirma que seu uso reduz a escala de investigação, visando a percepção de uma modulação particular da história global (SILVA, 2013).



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

Trata-se de um procedimento que permite uma delimitação do universo de análise, que passa a ser realizada a nível microscópico, compreendendo um estudo intensivo do material documental. Isto se coaduna com os pressupostos da micro-história, surgida na Itália durante a década de 1980 (mantendo estreita relação com os historiadores franceses), a qual enquadra em suas análises um curto espaço de tempo, utilizando o acontecimento e o indivíduo como objeto (LEVI, 2011).

Três equívocos dessa história local e regional devem ser expostos de início. Primeiro, não se trata mais de uma análise apropriada exclusivamente para sociedades até o século XVIII, período em que a vida cotidiana ainda marcava-se pela região. Sabe-se que, mesmo nos dias atuais, em certos lugares essa característica ainda encontra-se marcante. Segundo, não se sustenta mais uma oposição entre o todo ou as partes, na seleção do objeto de investigação histórica. Procura-se a interação entre os dois âmbitos, como duas faces da mesma moeda, na compreensão daquilo que se denominava “história total” (OLIVEIRA; ANDRADE, 2013).

Por último, o estudo da história regional, e dos fenômenos circunstanciais, possui objetivos próprios, e não a finalidade de reproduzir em escala menor a realidade, nem mesmo reduzir o local a uma arena de testes para comprovação de teorias globais, na crença de que determinadas características abstratas, pré-determinadas e a-históricas possuiriam validade de aplicação para toda a história da humanidade, em cada período e em cada nação (GOUBERT, 1988).

Afinal, na ânsia de superação do nível dos acontecimentos, típico de uma história tradicional, factual, narrativa, não se deve pressupor a necessidade da produção artificial de uma síntese de caráter globalizante para a totalidade de informações a respeito do desenvolvimento de uma sociedade, o que certamente geraria anacronismos em relação a uma realidade concreta e complexa com aspectos definidos.

Da mesma forma, se a compreensão inicial do passado se constitui como uma massa de pequenos fatos, seria equivocado desconectá-los de perspectivas mais amplas e ritmos mais longos, como a estrutura e as conjunturas (VILAR, 2006). O ideal de uma análise mais aprofundada, que avance o questionamento em todos os



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

planos, deve convergir perspectivas conjunturais com a alterações estruturais no desenvolvimento plano local e regional.

3 RELEVÂNCIA DO CONCEITO DE REGIÃO

A abordagem regional não deixou de manifestar algumas dificuldades operacionais, especialmente a respeito do conceito de região, desenvolvido a partir de uma aproximação maior com a parte humana da geografia. Região deve corresponder a uma unidade de medida geográfica (espaço, área), destacável de uma determinada sociedade. Assim reconhecida, relaciona-se integralmente com as unidades maiores, o que implica em uma análise cujo foco não se limite apenas a suas peculiaridades (ARTEAGA, 2004).

Também deve ser atribuída com limites definíveis, ainda que flexíveis, ajustando delimitações do meio ambiente com as da região antropogeográfica, que nada mais são do que abstrações simplificadoras usadas na investigação. Por fim, apresenta-se como unidade caracterizada por uma estrutura particular de suas atividades e por um grau considerável, mas relativo, de homogeneidade em certo número de características escolhidas para defini-la (como economia e sociedade).

Esta relatividade na homogeneidade de uma região, torna-se um fator que possibilita uma pesquisa mais profunda, bem como futuras análises comparativas entre regiões, na busca de generalizações (de caráter global). Ainda que não se deva confundir as partes como simples reprodução em menor escala do todo, a região deve ser compreendida metodologicamente como integrante de um sistema de relações, pois é neste conjunto que se definem seus elementos identificadores, e em suas interações com os planos macros da história, visto ser componente formador de uma estrutura maior (DONNER, 2012).

Há que se ressaltar que as regiões jamais se definem por apenas um único elemento diferenciador (seja divisão política ou atividade econômica principal, entre outros), mas pelas inúmeras relações estabelecidas entre uma série de elementos cuja composição dá forma a determinado espaço e sociedade. Importante é ter em mente que esses elementos componentes se transformam ao longo do tempo, tanto



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

quanto as relações entre eles, resultando em novas configurações regionais, ou nova “formação socioespacial” (SANTOS, 2002, p. 239).

Isto implica em não encarar as regiões como entidades naturais ou mesmo atemporais, e sim como processo histórico, determinado por relações sociais específicas entre o homem e o espaço, as quais não se apresentam imutáveis, e sim diferenciando-se de acordo com o lugar e o tempo. Inclusive, reconhece-se que o meio natural é resultado das ações humanas ao longo do tempo, sendo estas as responsáveis por fornecer certo grau de individualidade e identidade a determinada região. O próprio conceito identitário de região consiste em um elemento “intelectualmente produzido” em determinado momento histórico, representando uma visão, temporária e nem sempre consensual, construída por uma sociedade sobre si mesma (MACHADO, 2017).

Torna-se de grande utilidade a abordagem interdisciplinar, buscando-se, na dimensão local, identificar as relações espaciais das pessoas com a sua atividade no contexto de estruturas e funções institucionais e a importância dessa dimensão para a compreensão dos comportamentos e das formas sociais. Essas abordagens inovadoras revelaram em muito as limitações das concepções tradicionais, especialmente em uma pós-modernidade que acompanha o prevaletimento de relações globalizadas no mundo (CORREA, 2000, p. 16).

4 IMPOTÊNCIA DO DOCUMENTO E DO ARQUIVO PARA A PESQUISA HISTÓRICA

A “Escola dos Anais” deixou duas contribuições principais: a ideia de que toda história é história social; e a de que o conhecimento histórico só é científico quando orientado por um problema. Dos desdobramentos historiográficos posteriores a Febvre e Bloch, principalmente à chamada Nova História da década de 1970, destacou-se justamente a preocupação dos historiadores com “novos problemas”, como foi o caso da micro-história e mais especificamente da história regional e local (DOSSE, 2003).



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

Estes novos questionamentos e preocupações logo culminaram na formulação de “novas abordagens”, e na valorização de “novos objetos” como dignos de história (como o clima, o livro, a festa, a morte, o sexo, etc.). Estes, viram-se sob abrigo da nova história cultural, que se aproximou de expressões mais populares, recusando o privilegio das manifestações oficiais e eruditas, ainda que considerando as relações entre as duas.

Todo esse movimento culminou em um alargamento enorme do campo de trabalho do historiador, valorizando mais a atenção ao papel das classes sociais e proporcionando uma abordagem mais plural. De posse de novas abordagens, procedimentos e temas/objetos, acompanha-se também o surgimento de novos documentos e novas relações desenvolvidas entre o historiador e esses documentos, reafirmando a importância dos mesmos, como vestígios do passado, para a concretização da formação e do trabalho do historiador (BURKE, 2011).

Quatro novas posturas merecem atenção a respeito dos documentos: fontes respeitáveis não são mais apenas as escritas e os documentos oficiais; o historiador que transforma um material (vestígio, testemunho do passado) em fonte histórica, a partir da criação de um problema; a crítica histórica predominando sobre a autoridade dos antigos, com uma separação mais rigorosa entre fontes primárias e secundárias; encarados agora como suportes de relações sociais, revelando a sociedade que os produziu, e trazendo dados sobre os aspectos da vida material e das atividades humanas (DOSSE, 2003).

Sabe-se das relações entre História e Memória, como ambas são processos sociais e cuidam do passado, ainda que a história, como construção científica rigorosa, submeta a memória produzida pelos grupos sociais à crítica metódica. Muito já se constatou sobre a importância de uma sociedade preservar os registros que deixou ao longo do tempo, e que constituem seu patrimônio, para conhecimento de sua história, bem como construção de sua memória e sua identidade. Portanto, tais registros, como fontes históricas, devem não apenas ser devidamente guardados, como também acessível a essa sociedade (LE GOFF, 2013).

Com a validação do uso de novos tipos de fontes históricas, os arquivos deixaram de ser lugares exclusivos de encontro com os documentos. Reconhece-se



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

atualmente a possibilidade de se produzir um documento a partir de pesquisas de campo e entrevistas, como no caso da história oral; ou mesmo acessar sítios arqueológicos em busca de vestígios e testemunhos históricos deixados pela cultura material.

Entretanto, nem por isso os arquivos perderam seu papel de lugar privilegiado no contato com documentos, tendo em vista que seus acervos passam a conter um corpus mais variado de documentos, além dos oficiais, incluindo até material fotográfico e audiovisual. Isto implica na reafirmação de seu reconhecimento como espaços propositadamente construídos pelo homem para coleta, manutenção, tratamento e consulta dos mesmos.

Seu papel liga-se à consciência do homem de seu lugar na história, como produtor de registros ao longo do tempo, os quais devem ser devidamente resguardados para preservação (GONÇALVES, 2012). Os próprios museus também ganham mais do que um valor artístico e estético, ampliando seu valor documental, histórico e científico. Com o tempo, novos aparatos instrumentos e normativos, bem como novas disciplinas acadêmicas, surgiram em prol de melhorar o papel dessas instituições, aprimorando a relação entre elas e o material ali depositado.

A história regional, por todo seu caráter já descrito acima, muito se desenvolveu a partir dessas novas relações com as fontes históricas. Inclusive, muitas das abordagens e objetos trazidos no bojo dessa nova tendência (assim como outras) não poderiam ser devidamente analisados e compreendidos sem essa renovação da postura do historiador em relação ao documento. Nesse ponto, torna-se fundamental refletir sobre a importância dos arquivos/museus locais para esses estudiosos, pela manutenção de boa parte do material existente para realização de pesquisas nesse viés regional.

5 ESPAÇOS LOCAIS DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA HISTÓRICA.

Criada em 1989, a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) conta com 5 unidades em Belo Horizonte e outras 15 espalhadas em cidades do interior do



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

Estado, o que confere à instituição uma especificidade marcada pela heterogeneidade.

Afinal, o caráter interiorano de suas unidades fornece, a cada uma destas, peculiaridades no que diz respeito aos cursos oferecidos, perfil dos alunos, objetos e temas de pesquisa, bem como às relações com a comunidade em seu entorno, que é a base para os programas de extensão, considerado um dos tripés de desenvolvimento da instituição.

Assim como as demais, a Unidade de Carangola absorve e se adapta às características locais. Não é por acaso que alguns cursos, como o de História, expressam claramente em seu projeto pedagógico o incentivo em estudos regionais, o que influenciou a confecção de uma série de trabalhos de conclusão de curso com temas que perpassaram essa esfera.

Principalmente no que tange ao curso de História, há que se pensar sobre as possíveis fontes e procedimentos disponíveis na localidade, que podem ser utilizados para o impulso dessa História Regional. O que se dará abaixo é uma exploração prévia e geral, tendo em vista que cada material selecionado, por si só, daria um artigo específico, devido suas singularidades.

A respeito da microrregião no entorno da Unidade de Carangola, destaca-se, em primeiro lugar, o Museu Histórico, Geográfico e Científico Carangolense. Em pesquisa sobre o histórico do mesmo, destaca-se ser este o primeiro museu instituído na região, criado em 1959 após uma campanha de sensibilização da comunidade sobre a importância e o valor de um museu para a sociedade. Iniciando suas atividades um ano depois, passou por uma desativação entre 1968 e 1982, quando voltou a funcionar em novo endereço no centro da cidade, sob direção do professor Rogério Carelli, e por ocasião do 1º Centenário de Emancipação Política do Município. Seu acervo consistia em 203 peças e livros de atas da Câmara Municipal de Carangola, mas parte desse acervo desapareceu por motivos diversos (PIMENTEL, 2016).

Em 1992, o Museu foi reinaugurado (na Rua Pedro de Oliveira 212), e nele instalado o Arquivo Histórico Geográfico de Carangola. Daí a 2005, tornou-se referência na região, ainda que passando por problemas na estrutura organizacional,



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

física e naturais que comprometeram o trabalho e parte do acervo. Mesmo com dificuldades, o acervo foi ampliado com doações de objetos diversos. Em 2008, após a reforma do galpão comercial da antiga Empresa Barbosa e Marques, o Museu e o Arquivo foram transferidos para o novo endereço (Rua Antônio Marques 231), sendo reinaugurados em novembro de 2009, e onde atualmente encontram-se situados (PIMENTEL, 2016).

Em 2011, se iniciou o Projeto de Reorganização do Arquivo Histórico Municipal, responsável por catalogar e organizar o acervo para que os registros documentais fossem digitalizados em banco de dados, disponibilizando assim uma consulta de fácil acesso para toda a população. Criou-se assim, no próprio museu, o Centro de Documentação Paulo Mercadante, especialmente para alocar o material histórico do arquivo. Entretanto, por motivos diversos, como mudanças de governo e do prédio onde o museu se localizava, a proposta não foi totalmente colocada em prática. Em pesquisa recente no interior do museu, percebeu-se a necessidade da realização e um inventário do material ali existente, e uma nova organização do mesmo para, como já mencionado, posterior tratamento e digitalização.

O Arquivo Histórico Geográfico ultrapassa a concepção de um arquivo público municipal, contendo acervos diversificados (nem todos completos e em sequência) que compõem um riquíssimo material, formado por documentos de toda a região (12 municípios) que antes eram distritos de Carangola, datados desde 1850. O acervo é composto por: Documentação do Poder Executivo, Legislativo (1882-1930), Judiciário (1870–1950), Documentos e Registros Cartoriais, Documentos de Instituições Públicas (como IBGE) e Particulares, Coleções de Fotografias da Cidade (1890 – 2000), Coleções de Jornais locais e regionais (1890 – 2008), Mapas da região e plantas cadastrais.

Quanto ao Museu Municipal, no tratamento do acervo foram criadas as seções de biologia e história natural, sala de cartografia e laboratório de taxidermia. Sua área de atuação ficou mais ampla, e seu acervo foi constituído de peças doadas ou coletadas de entidades públicas e particulares, sendo formado por objetos diversos, tais como: fotografias, documentos, utensílios, peças de arte sacra, mobiliário, armas, pinturas, desenhos e esculturas criadas por artistas locais, objetos e documentos de



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

personalidades de destaque na cidade, espécimes de zoologia e história natural, amostras geológicas do território brasileiro, numismática e artefatos arqueológicos (PIMENTEL, 2016). O Museu Municipal de Carangola atualmente está estruturado nos seguintes setores:

História Regional – Formado por objetos diversos, fotografias, utensílios, ferramentas, peças de arte sacra, mobiliário, armas, vestuário, obras de arte de artistas locais, objetos e documentos de personalidades da cidade e região;

Memorial do Barbosa & Marques – Formado por objetos, moveis, documentos, fotografias da empresa e de ex-funcionários do Barbosa e Marques;

Biodiversidade do Vale do Carangola - Fauna / Flora – Formado espécimes de zoologia e história natural da região, animais taxidermizados, espécies de répteis e anfíbios, coleções de insetos, amostras geológicas do território brasileiro (rochas e minerais, amostras da flora regional e botânica);

Arqueologia – Formado por artefatos de cerâmica arqueológicas Tupinambá (23 mil artefatos) coletados no Sítio Córrego do Maranhão – Alvorada e Vale do Carangola.

Acerca desse último setor, percebe-se que o arquivo e o museu não representam na localidade, um ambiente exclusivo para coleta de fontes voltadas para a história regional. A estes somam-se três sítios arqueológicos na região, contendo importantes vestígios para estudo da cultura material.

Toca dos Puri – localizado em Ponte Alta de Minas, também distrito do município de Carangola, trata-se de um sítio pré-histórico onde foram encontrados no final do século XIX ossos humanos; pode ser caracterizado como um abrigo sob rocha de formação natural, cravado em um paredão de gnaíse, utilizado por grupos pretéritos para deposição de seus mortos; seu entorno se caracteriza por um enorme paredão rochoso, com uma pequena queda d'água na face norte (ROCHA, 2017).

Córrego Maranhão – situado em Alvorada, distrito do município de Carangola, trata-se de sítio lito-cerâmico a céu aberto, filiado à tradição Tupiguarani; em colina alongada, com extensa área semi-plana em seu cume, formando um platô (MAGESTE, 2012).



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

Fazenda Santa Cruz – também situado em Alvorada, este último ainda não se encontra registrado.

Acrescenta-se também a esse *corpus* documental, existente na localidade e digno de constituir objeto de estudo, elementos que compõem patrimônio material da região, bem como manifestações culturais e folclóricas (jongo, caxambu, quilombo, boi pintadinho, etc.), passíveis de serem coletadas via registros orais e observação, a partir de pesquisas de campo e entrevistas, com componentes das comunidades locais ainda remanescentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da história regional, bem como de seus pressupostos, pode ser compreendido a partir de suas conexões com a emergente micro-história. Esta, de iniciativa italiana, não apenas incentivou uma espécie de “fatiamento” da história, analisada em escala e recortes menores. Também preocupou-se em problematizar mais claramente seus objetos de investigação, bem como os vínculos sociais que se manifestavam neles.

Esses estudos regionais, juntamente com as micro-análises, responsabilizaram-se pelo combate a uma série de estereótipos historiográficos ultrapassados, mas resistentes. É o caso do antigo discurso de que os homens comuns, o povo, os grupos sociais caracterizados como minoria, não possuíam ideias, cultura, registro e, portanto, história.

Com a valorização dessas categorias sociais e sujeitos históricos, até então negligenciados, pode-se visualizar e compreender diferentes substratos culturais, construídos ao longo do tempo e em viva circulação e influência nas comunidades, sejam elas rurais, interioranas ou periféricas. Também encarou-se a possibilidade de se compreender a vida social e cultural de um período histórico a partir de particularidades regionais e individualidades dos sujeitos.

Seguindo esse movimento, outra relevante inovação foi a difusão de uma concepção de produção historiográfica segundo a qual, o processo de construção da realidade histórica não se dá de forma objetiva, como reflexo direto da própria



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

realidade, visto que entende-se como impossível a reprodução dos fenômenos, suas causas e personagens.

Mesmo constatando-se tal impossibilidade, a história não deixa de produzir um conhecimento científico, visto que se fundamenta em um método, próprio, denominado de “indiciário”. O historiador opera de forma indireta, inferindo causas a partir dos efeitos, através de um constante levantamento de indícios, pistas e sinais, os quais nada mais são do que os vestígios e testemunhos deixados pelos homens no passado (GINZBURG, 2011, p. 169).

Disto, revalida-se a relevância das fontes e testemunhos históricos como embasamento metodológico para a produção de uma ciência histórica. A ampliação quantitativa e tipológica das fontes no século XX provocou, por um lado, a ebulição de novos locais e procedimentos para levantamento de dados.

Mas de outro lado, reafirmou-se antigos lugares consagrados na busca de documentos, ainda que não detenham mais exclusividade (ou mesmo privilegio). Este é o caso dos arquivos que, juntamente aos museus, mantem na atualidade seu caráter de centros de referência em documentação, reforçando seu papel de preservação dos mesmos, além de mostrarem-se lugar de descoberta de materiais antes negligenciados como documento histórico, como é o caso de muitos relacionados à crescente História Regional.

Portanto, torna-se imprescindível refletir sobre o reconhecimento, valorização e cuidado com esses estabelecimentos de preservação, especialmente aqueles de caráter local, como o Arquivo Histórico Geográfico de Carangola. Não apenas porque representam um patrimônio material e imaterial para a região, tendo em vista o vasto e rico material que lhe compõe, como também por constituir a base para construção de um conhecimento validado cientificamente acerca da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTEAGA, J. G. R. *Región y Regionalismo*. Bitacora v. 8, n. 1, 2004.



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

BURKE, Peter. A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: UNESP, 2011.

CORREA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 2000.

DONNER, S. C. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. Anais do Xi Encontro Estadual de História. ANPUHS, 2012.

DOSSE, François. A história em migalhas: dos Annales à Nova História. Tradução por Dulce de Oliveira Amarante dos Santos. Bauru: EDUSC, 2003.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, Rio Grande, 3 (3): 27-46, 2012.

HOBBSAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução: Suzana Ferreira Borges, Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Campinas: UNICAMP, 2013.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 2011.

MACHADO, A. R. de A. Entre o nacional e o regional: Uma reflexão sobre a importância dos recortes espaciais na pesquisa e no ensino da História. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 293-319, jul. 2017

MAGESTE, Leandro Elias Canaan. Entre Estilo e Função: O estudo do Sítio Córrego Maranhão, Carangola – MG, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.



SAPIENS -Revista de divulgação científica

v.1 n.02 – Outubro 2019

PIMENTEL, Eduardo Francisco. MUSEU MUNICIPAL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE O Museu Municipal de Carangola-MG. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO / MAST – RJ. Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, M. F. de; ANDRADE, J. C. S. Lucien Febvre e os “Combates pela História”: artes do fazer/ensinar história. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: Anpuh, 2013.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. “Aquilo que é tirado da terra, às vezes pode matar”: As relações estabelecidas entre arqueologia e a comunidade de Carangola, Minas Gerais. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, área de concentração em Arqueologia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, H. R. da. Jacques Revel. *Cultura Histórica & Patrimônio*, v. 2, n. 1, 2013.

VILAR, Pierre. HISTÓRIA DO DIREITO, HISTÓRIA TOTAL. *Projeto História*, n.33, dez. 2006